

Sumário

INTRODUÇÃO.....	33
-----------------	----

PARTE I

DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	37
1. Considerações iniciais.....	37
2. Sistema homogêneo de proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes.....	39
3. Sistema heterogêneo de proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes.....	41
3.1. As convenções da Organização Internacional do Trabalho.....	42
3.2. A Declaração de Genebra – Carta da Liga sobre a Criança de 1924.....	44
3.3. A Declaração dos Direitos da Criança de 1959.....	45
3.4. As regras mínimas das Nações Unidas para a administração da Justiça da Infância e da Juventude – Regras de Beijing ou Regras de Pequim – O sistema de Justiça da Infância e da Juventude.....	47
3.5. Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989.....	48
3.6. O protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU referente à venda de crianças, à prostituição e à pornografia infantil.....	52
3.7. Sistema de Controle do Cumprimento dos Direitos Humanos de Crianças e o Terceiro Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança.....	53
3.8. Comentários Gerais do Comitê dos Direitos da Criança.....	54
3.9. Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças (Convenção da Haia).....	56

PARTE II

COMENTÁRIOS AO ESTATUTODA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	61
-----------------------------------	----

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI N. 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990....	61
--	-----------

LIVRO I PARTE GERAL.....	61
---------------------------------	-----------

☉ Título I – Das disposições preliminares.....	61
---	-----------

1. Introdução e evolução do tratamento jurídico conferido à criança e ao adolescente.....	62
2. Doutrina da proteção integral e o sistema de proteção aos direitos da criança e do adolescente (art. 1.º).....	64
3. Conceito de Direito da Criança e do Adolescente.....	69
4. Sistema valorativo do Direito da Criança e do Adolescente: postulado normativo, metaprincípios e princípios derivados.....	70
5. Definição de criança e adolescente (art. 2.º).....	76
6. Criança na primeira infância.....	76
7. Criança segundo a Convenção sobre Direitos da Criança (CSDC).....	77
8. Lei n. 12.685/2012 e o Dia Nacional do Compromisso com a Criança, o Adolescente e a Educação.....	77
9. Diferenças de tratamento entre criança e adolescente no Estatuto (arts. 2.º e outros).....	77
10. Igualdade de direitos entre meninos e meninas nas políticas públicas de atenção, proteção e defesa de crianças e adolescentes.....	78
11. Capacidade civil, emancipação e reflexos nos direitos dispostos no Estatuto (art. 2.º).....	78
12. Aplicação do Estatuto às pessoas entre 18 e 21 anos de idade (art. 2.º, parágrafo único).....	79
13. Utilização da designação “menor”.....	82
14. A criança e o adolescente como sujeitos de direitos fundamentais (arts. 3.º e 5.º).....	82
15. Dever de efetivação de direitos de crianças e adolescentes (art. 4.º, § 1º).....	83
16. Garantia da prioridade absoluta e ponderação de direitos (art. 4.º, § 1º).....	88
17. A Assistência Afetiva e o Abandono Afetivo.....	89
17.1. Condutas Ilícitas contra a Criança e o Adolescente.....	89
17.2. A Assistência Afetiva e o Abandono Afetivo.....	90
18. Critérios de interpretação do Estatuto (art. 6.º).....	93
19. Crianças e adolescentes indígenas.....	95
20. Parâmetros para Interpretação dos Direitos e Adequação dos Serviços Relacionados ao Atendimento de Crianças e Adolescentes Pertencentes a Povos e Comunidades Tradicionais.....	95
21. Anotações gerais sobre a <i>Emenda da Juventude</i> – EC 65/2010.....	96
21.1. A Organização Ibero-americana de Juventude e a Convenção Ibero-americana dos Direitos dos Jovens.....	96
21.2. A juventude e o art. 227 da CF.....	98
22. O Estatuto da Juventude (Lei n. 12.852/2013) e sua relação com o Estatuto da Criança e do Adolescente.....	100

2

DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE.....	101
----------------------------------	-----

☉ Título II – Dos direitos fundamentais	101
Capítulo I – Do direito à vida e à saúde	101
1. Direito à vida e suas dimensões (art. 7.º)	105
2. Direito à vida e os abortos lícitos (art. 7.º)	106
3. Direito à vida e a antecipação terapêutica do parto de fetos anencéfalos (art. 7.º).....	107
4. Direito à vida e pesquisas com células-tronco embrionárias (art. 7.º).....	109
5. Atendimento às Crianças e aos Adolescentes com Câncer.....	112
5.1. Aspectos Gerais	112
5.2. Atendimento Especial às Crianças e Adolescentes com Câncer	112
6. Direito à saúde, políticas públicas, condições dignas de existência e a reserva do possível (art. 7.º).....	113
7. Direito à saúde e a Convenção dos Direitos da Criança	119
8. Saúde da mulher, planejamento reprodutivo e atendimento adequado e humanizado à gestante (art. 8.º).....	120
9. Direitos das crianças com mães em situação de privação de liberdade	122
10. Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência.....	123
11. Aleitamento materno (art. 9.º)	124
12. Obrigações dos hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde das gestantes (art. 10)	125
13. Descumprimento das obrigações impostas aos hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde das gestantes.....	128
14. Descumprimento das obrigações impostas aos profissionais da saúde.....	128
15. Atendimento pelo Sistema Único de Saúde: assistência médica e odontológica e vacinação obrigatória (art. 11, <i>caput</i> , c.c. art. 14, <i>caput</i> e §§ 1.º a 5.º).....	128
16. Crianças com deficiências e atendimento especializado (art. 11, §§ 1.º e 3.º).....	130
17. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, a criança e o adolescente	133
18. Atendimento às crianças e aos adolescentes com deficiência e o fornecimento gratuito de medicamentos, próteses e outros recursos necessários (art. 11, § 2.º).....	133
19. Permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável nos casos de internação de criança ou adolescente (art. 12).....	134
20. O alcance da expressão “responsável” (arts. 12 e ss.)	134
21. Direito à visitação à mãe ou ao pai internados em instituição de saúde	135
22. Castigo físico, tratamento cruel ou degradante e maus-tratos; atendimento prioritário e dever de comunicação ao conselho tutelar (art. 13).....	136
23. Encaminhamento à Justiça da Infância e da Juventude das mães que manifestarem interesse em entregar seus filhos para adoção (art. 13, parágrafo único).....	137
24. A Vacinação da Criança	137
25. Internação de crianças e adolescentes em comunidades terapêuticas.....	138
26. Recusa de Procedimento de Transfusão de Sangue.....	139

3

DO DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE.....	141
--	-----

Capítulo II – Do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade	141
--	-----

1. Direito à liberdade (art. 15).....	142
---------------------------------------	-----

2. Direito à liberdade e o “toque de recolher” (art. 15).....	143
2.1. Argumentos contrários à implantação do “toque de recolher” por meio de portaria judicial.....	143
2.2. Argumentos favoráveis à implantação do “toque de recolher”.....	146
3. Direito à participação na vida política (art. 16, VI).....	149
4. A parentalidade positiva e o direito ao brincar como estratégias intersetoriais de prevenção à violência contra crianças.....	151
5. Direito ao respeito (arts. 17 e 18).....	151
6. Lei Menino Bernardo – Lei n. 13.010/2014.....	152
7. Veiculação de imagens de crianças e adolescentes em material jornalístico.....	155
8. <i>Bullying</i> e as Leis nº 13.185/2015 e 14.811/2024.....	155
9. Identidade e liberdade das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado.....	157

4

DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA.....	159
--	-----

Capítulo III – Do direito à convivência familiar e comunitária	159
---	-----

Seção I – Disposições gerais	159
---	-----

Seção II – Da família natural	162
--	-----

1. Direitos à convivência familiar e comunitária.....	162
2. Direitos à convivência familiar e a Lei Nacional da Adoção (Lei n. 12.010/2009).....	163
3. Programas de acolhimento familiar, institucional e prazos legais pertinentes.....	164
4. Classificação trinária de família.....	166
5. Conceito e características da família natural.....	166
6. Conceito e características da família extensa ou ampliada.....	167
7. Socioafetividade e eudemonismo como critérios para a formação das novas famílias.....	167
8. Mãe adolescente (art. 19, §§ 5.º e 6.º).....	169
9. Parto anônimo (art. 19-A).....	170
10. Apadrinhamento (art. 19, §§ 5.º e 6.º).....	173
11. Igualdade entre os filhos (art. 20).....	175
12. Poder familiar e a plena isonomia entre gêneros (art. 21).....	175
13. Conceito, principais características e titulares do poder familiar (arts. 21 e 22).....	176
14. Perda ou suspensão do poder familiar (art. 24).....	177
15. Carência de recursos materiais e perda ou suspensão do poder familiar (art. 23, § 1.º).....	177
16. Convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade (art. 23, § 2.º).....	177
17. Alienação parental e a Lei n. 12.318/2010.....	179

5

DA FAMÍLIA SUBSTITUTA.....	187
----------------------------	-----

Seção III – Da família substituta	187
--	-----

Subseção I – Disposições gerais	187
--	-----

1. Disposições gerais e espécies de famílias substitutas.....	188
---	-----

2. Opinião da criança e consentimento do adolescente para a colocação em família substituta (art. 28, §§ 1.º e 2.º).....	188
3. Critérios para colocação em família substituta: grau de parentesco, afinidade e afetividade (art. 28, § 3.º).....	190
4. Manutenção dos grupos de irmãos (art. 28, § 4.º).....	191
5. Precedência de preparação gradativa e acompanhamento posterior (art. 28, § 5.º).....	191
6. Exigências adicionais para a colocação em família substituta de criança e adolescente indígena ou proveniente de comunidade remanescente de quilombo (art. 28, § 6.º).....	191
7. Impedimento genérico para colocação em família substituta (art. 29).....	192
8. Transferência de criança e adolescente e autorização judicial (art. 30).....	193
9. Preferência pela adoção nacional (art. 31).....	193
10. Termo de compromisso do responsável pela família substituta (art. 32).....	194
11. Relativização do princípio da prioridade da família natural ou extensa.....	194

6

DA GUARDA.....	197
----------------	-----

Subseção II – Da guarda..... 197

1. Conceito de guarda como modalidade de família substituta.....	198
2. A guarda como “modalidade de colocação em família substituta” ou como “dever” decorrente do exercício do poder familiar.....	198
3. Guarda compartilhada (Leis ns. 11.698/2008 e 13.058/2014) e guarda alternada.....	199
4. Guarda compartilhada entre avó e tio.....	201
5. Revogabilidade da guarda.....	202
6. Hipóteses de cabimento da guarda.....	202
7. Guarda conferida a terceiros e a compatibilidade com o direito de visitas e o dever de prestar alimentos dos pais naturais.....	202
8. Incentivos fiscais e subsídios para estímulo do acolhimento sob guarda.....	203
9. Substituição da expressão “órfão” por “afastado do convívio familiar”.....	203
10. Programa de acolhimento familiar e recebimento sob a forma de guarda.....	203
11. Guarda para fins exclusivamente previdenciários.....	204
12. Guarda e condição de dependente para fins previdenciários da criança ou adolescente.....	204
13. Guarda por avós.....	205
14. Ação de guarda: ação dúplice quando proposta por um dos genitores em face do outro.....	206

7

DA TUTELA.....	207
----------------	-----

Subseção III – Da tutela..... 207

1. Conceito de tutela.....	207
2. Idade máxima do tutelado.....	208
3. Especialização de hipoteca legal e caução.....	208
4. Tutela testamentária.....	209
5. Destituição da tutela.....	210
6. Hipóteses de perda do poder familiar.....	210

8

DA ADOÇÃO..... 211

Subseção IV – Da adoção..... 211

1. Evolução do instituto da adoção e a disciplina atual no Estatuto..... 215
2. Conceito e espécies de adoção..... 216
3. Adoção por casais homoafetivos e adoção unilateral por companheiro homoafetivo..... 220
4. Adoção conjunta e guarda compartilhada 223
5. Características da adoção 223
 - 5.1. Constituída por ato personalíssimo..... 223
 - 5.2. Excepcional..... 224
 - 5.3. Irrevogável..... 225
 - 5.4. Incaducável..... 225
 - 5.5. Plena..... 226
 - 5.6. Constituída por sentença judicial..... 226
6. Requisitos subjetivos para adoção 228
7. Requisitos objetivos para adoção..... 229
 - 7.1. Requisitos de idade..... 229
 - 7.2. Consentimento dos pais (ou destituição do poder familiar) e do adolescente 229
 - 7.3. Precedência de estágio de convivência 230
 - 7.4. Prévio cadastramento e Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA..... 232
8. Impedimentos para adoção..... 236
9. Adoção excepcional de neto por avós..... 237
10. Adoção personalíssima *intuitu personae* e a dispensa do prévio cadastramento e do respeito à ordem cronológica de prioridade 238
11. Adoção póstuma ou *post mortem* 240
12. Prazo máximo para conclusão da ação de adoção 241
13. Quadro geral da adoção..... 241
14. Direito à paternidade científica ou biológica: conhecimento da ascendência genética e acesso aos autos do processo de adoção 242
15. Ação de Investigação de Paternidade e a Lei n. 12.004/2009..... 244

9

DA ADOÇÃO INTERNACIONAL..... 247

1. Definição de adoção internacional..... 251
2. Condições para admissibilidade da adoção internacional..... 251
 - 2.1. Intervenção das autoridades centrais estaduais e federal em matéria de adoção internacional 252
 - 2.2. Que a colocação em família substituta seja a solução adequada ao caso concreto, sendo a adoção internacional medida subsidiária ou excepcional..... 253
 - 2.3. Observância do estágio de convivência e de parecer favorável da equipe interprofissional..... 254
 - 2.4. Preferência pela adoção internacional efetivada por brasileiros residentes no exterior.. 255

3.	A condição do estrangeiro residente no Brasil	255
4.	A nacionalidade do adotado na adoção internacional.....	256
5.	Procedimentos para a adoção internacional.....	256
6.	Complexo de atos para a adoção internacional em que o Brasil é o país de origem	257
6.1.	Fase preparatória e de habilitação.....	257
6.2.	Pedidos de habilitação por meio de credenciamento.....	257
6.3.	Da fase judicial de adoção	258
7.	Da recepção da adoção por brasileiro realizada no exterior (art. 52-B)	259
8.	O Brasil como o país de acolhida (arts. 52-C e 52-D).....	259
9.	Sentença estrangeira de adoção e homologação do Superior Tribunal de Justiça	260

10

DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER	263
---	-----

Capítulo IV – Do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer

1.	Esclarecimentos prévios.....	265
2.	O direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer na Constituição Federal.....	265
3.	Observações gerais sobre a educação básica	266
4.	A educação infantil como início da educação básica.....	268
5.	Creche e pré-escola: dever constitucional do Poder Público Municipal	268
6.	Considerações sobre o ensino fundamental.....	270
7.	O ensino médio	270
8.	O princípio da universalização do ensino.....	271
9.	Acesso à escola pública e gratuita próxima da residência – Critério do georreferenciamento versus superior interesse da criança	271
10.	Atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.....	272
11.	Subdireitos da educação	272
11.1.	O dever fundamental de os pais matricularem seus filhos.....	272
11.2.	O dever dos dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental.....	273
11.3.	O dever dos municípios de estimularem e facilitarem a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer	274
11.4.	Atendimento educacional ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado.....	274
12.	Direito à educação e impossibilidade de aplicação da reserva do possível – REsp 1.185.474/SC	274
13.	Prestações alternativas à aplicação de provas e à frequência de aulas em dia de guarda religiosa.....	275
14.	Acompanhamento Integral para Educandos com Dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade	275
15.	Medidas de Proteção à Criança e ao Adolescente Contra a Violência nos Estabelecimentos Educacionais ou Similares	276
16.	Certidões de Antecedentes Criminais dos Colaboradores.....	277
17.	Direito à Educação Digital.....	277
18.	Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Lei nº 15.247/ 2025).....	278
18.1	Apontamentos iniciais.....	278

18.2	Princípios do Compromisso.....	279
18.3	Adesão.....	279
18.4	Estrutura e governança.....	280
18.5	Sistemas de Avaliação.....	280
19.	Quadro geral da educação no Brasil.....	280

11

DO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO NO TRABALHO.....	281
---	-----

Capítulo V – Do direito à profissionalização e à proteção no trabalho..... 281

1.	Considerações iniciais.....	282
2.	Núcleo do direito fundamental à profissionalização e à proteção do trabalho.....	282
2.1.	Todas as crianças possuem os mesmos direitos fundamentais que adultos.....	283
2.2.	São proibidas quaisquer normas discriminatórias contra crianças e adolescentes.....	284
2.3.	Como são pessoas em desenvolvimento, crianças e adolescentes possuem mais direitos que adultos, direitos esses que lhe são específicos.....	285
3.	Trabalho educativo.....	293
3.1.	Esclarecimentos prévios.....	293
3.2.	Conceito.....	295
4.	Da aprendizagem.....	296
4.1.	Previsão legal.....	296
4.2.	Conceito.....	296
4.3.	Espécies.....	297
4.4.	Requisitos.....	298
4.5.	Sujeitos envolvidos na relação de aprendizagem.....	300
4.6.	Características e condições de realização da aprendizagem.....	301
4.7.	Direitos do aprendiz.....	302
4.8.	Extinção do contrato de aprendizagem.....	303
5.	Estágio.....	305
5.1.	Conceito.....	305
5.2.	Espécies.....	305
5.3.	Requisitos.....	306
5.4.	Sujeitos envolvidos na relação de estágio.....	308
5.5.	Características e condições de realização do estágio.....	312
5.6.	Direitos do estagiário.....	313
5.7.	Extinção da função de estagiário.....	314
5.8.	Fraude à lei e aplicação do princípio da primazia da realidade.....	314
6.	Distinções entre aprendizagem e estágio.....	315
7.	A relação de trabalho da qual fazem parte crianças e adolescentes que participam de peças teatrais, filmes, novelas e outras produções artísticas.....	316
8.	Das atividades voluntárias.....	316

12

DA PREVENÇÃO.....	317
-------------------	-----

☉ Título III – Da prevenção	317
Capítulo I – Disposições gerais	317
Capítulo II – Da prevenção especial	319
<i>Seção I – Da informação, cultura, lazer, esportes, diversões e espetáculos</i>	319
<i>Seção II – Dos produtos e serviços</i>	320
1. Dever fundamental de prevenir a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente	320
2. Prevenção especial quanto aos maus-tratos praticados contra crianças e adolescentes	321
3. Políticas Públicas Voltadas a Coibir o Uso de Castigo Físico e o Tratamento Cruel ou Degradante	322
4. Crianças com Deficiência	323
5. Comunicação ao Conselho Tutelar	323
6. Regulação das diversões e espetáculos públicos	324
6.1. Observações Preliminares	324
6.2. Novidades introduzidas pela Portaria MJSP nº 1.048/2025.	324
7. Venda ou Aluguel de Fitas de Programação em Vídeo	326
8. Revistas e Publicações	326
9. Estabelecimentos com Exploração Comercial de Bilhar	327
10. Proibição de venda à criança ou ao adolescente	327
11. Hospedagem de criança e adolescente	328
12. Proibições de prestação de serviços e de vendagem de produtos a crianças e adolescentes ..	328
13. Proibição de fabricação, importação, comercialização, distribuição e propaganda de embalagens ou produtos destinados ao público infantojuvenil que reproduzam a forma de cigarros ou similares – Lei n. 12.921/2013	329
14. Comercialização de alimentos para lactantes e crianças na primeira infância	329
15. Do direito à publicidade adequada	329
16. Fornecimento de produtos e serviços de tecnologia da informação direcionados a crianças ou adolescentes ou de acesso provável por eles	330

13

DA AUTORIZAÇÃO PARA VIAJAR	331
----------------------------------	-----

Seção III – Da autorização para viajar	331
---	-----

1. Direito de locomoção de crianças e adolescentes	332
2. Regras relativas à autorização para viajar	332
2.1. Viagem nacional	332
2.2. Viagem internacional	333
3. Direito ao transporte	334

14

DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO	335
----------------------------------	-----

LIVRO II – PARTE ESPECIAL	335
--	-----

☉ Título I – Da política de atendimento	335
Capítulo I – Disposições gerais	335
1. Conceito de política de atendimento	337
2. O Direito à Assistência Social	337
3. Tipificação dos Serviços Assistenciais	339
4. Das linhas de ação da política de atendimento	340
4.1. Aspectos gerais	340
4.2. Sistema nacional de acompanhamento e combate à violência nas escolas (SNAVE)	341
4.3. Política nacional de atenção psicossocial nas comunidades escolares – Lei n. 14.819/2024	342
5. Classificações das linhas de atendimento	342
6. Das diretrizes da política de atendimento	344
6.1. Compreendendo as diretrizes	344
6.2. Atendimento Inicial Integrado e o Núcleo de Atendimento Integrado	345
7. Da municipalização do atendimento	346
8. Dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente	348
9. Participação de Adolescentes no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	350
10. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	351
11. Do fundo vinculado aos Conselhos de Direitos	352
12. Da integração operacional de órgãos para agilização do atendimento inicial ao adolescente autor de ato infracional	356
13. Da integração operacional de órgãos para agilização do atendimento de crianças e adolescentes inseridos em programa de acolhimento familiar e institucional	356
14. Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente	356
14.1. Política de Atendimento	356
14.2. A Resolução nº 113 (retificada pela Resolução n. 117)	356
14.3. Eixos estratégicos de ação	357
14.4. Política Nacional de Formação Continuada para o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	358
15. Sistema Nacional de Juventude	359
16. Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência	360
16.1. Contextualização	360
16.2. Tipos de violência	360
16.3. Regulamentação do sistema de garantia	363
16.4. Grupos intersetoriais	364
16.5. Comunicação ou denúncia	365
16.6. Atendimento à Criança e ao Adolescente Pertencente a Povos ou Comunidades Tradicionais	365
16.7. Escuta especializada x depoimento especial	366
16.8. Crime tipificado na Lei n. 13.431/2017	367
16.9. Resolução CNMP nº 287, de 12/03/2024 – Atuação integrada do Ministério Público	367
17. Lei Menino Henry Borel (Lei nº 14.344/2022)	368
17.1. Aspectos iniciais	368

17.2. Afastamento do lar do agressor.....	370
17.3. Medidas Protetivas de Urgência.....	370
17.4. Atribuições do Conselho Tutelar.....	371
17.5. Crimes.....	372
17.6. Cadastro Nacional de Casos de Violência contra Crianças e Adolescentes.....	372
17.7. A Parentalidade Positiva e o Direito ao Brincar como Estratégias Intersetoriais de Prevenção à Violência contra Crianças.....	372
17.8. Polícia não Pode Exigir que Ministério Público Antecipe Providências em casos envolvendo crianças e adolescentes.....	373
18. Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.....	374
19. Compromisso pela Redução da Violência contra Crianças e Adolescentes.....	377
20. Programa Criança Feliz.....	378
21. Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM.....	378
22. Atendimento à Criança e ao Adolescente com Deficiência.....	380
22.1. Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	380
22.2. A Pessoa com Deficiência e a Constituição de Família.....	381
22.3. Adoção de Pessoa com Deficiência.....	381
22.4. Resolução Conjunta nº 1, de 24.10.2018, do CONANDA e do CONADE.....	382
23. Sistema nacional de informação sobre o desenvolvimento integral da primeira infância.....	385

15

DAS ENTIDADES DE ATENDIMENTO.....	387
-----------------------------------	-----

Capítulo II – Das entidades de atendimento.....	387
--	------------

Seção I – Disposições gerais.....	387
--	------------

Seção II – Da fiscalização das entidades.....	391
--	------------

1. Conceito de entidade de atendimento.....	392
2. Classificação das entidades de atendimento.....	392
3. Os regimes de atendimento.....	392
4. O regime de atendimento de acolhimento familiar.....	393
5. O regime de atendimento de acolhimento institucional.....	394
6. Relatório encaminhado pelas entidades de acolhimento institucional e acolhimento familiar.....	395
7. A inscrição dos programas ou regimes de atendimento (art. 90, §§ 1.º e 3.º).....	395
8. Os recursos utilizados pelas entidades de atendimento.....	397
9. O registro das entidades de atendimento (art. 91).....	398
9.1. Regras Gerais do Registro das Entidades Não Governamentais.....	398
9.2. Registro das Entidades Não Governamentais Socioeducativas de Semiliberdade e de Internação.....	398
9.3. Registro e fiscalização das entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional.....	398
10. Dos princípios regentes do programa de acolhimento familiar ou institucional.....	400
11. O recebimento excepcional sem autorização judicial.....	401
12. O princípio da incompletude institucional (art. 94, § 2.º).....	402

13. Obrigações da entidade de atendimento responsável pela execução de programa de prestação de serviços à comunidade e de liberdade assistida.....	402
14. Obrigações da entidade de atendimento responsável pela execução de programa de internação.....	403
15. Requisitos para o exercício da função de dirigente de programa de atendimento de internação ou de semiliberdade.....	406
16. Requisitos específicos para a inscrição de programas de regime de semiliberdade ou internação.....	406
17. A fiscalização das entidades de atendimento.....	406
18. Sistema de responsabilização por desvios praticados pelas entidades.....	407
19. Penalidades.....	408
20. Estratégias para o Enfrentamento da Violência Letal contra Crianças e Adolescentes.....	408

16

DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO.....	411
------------------------------	-----

☉ Título II – Das medidas de proteção	411
Capítulo I – Disposições gerais	411
Capítulo II – Das Medidas Específicas de Proteção	411

1. Definição de medidas de proteção (ou medidas protetivas).....	415
2. Competência para aplicação das medidas protetivas.....	415
3. Atribuição da execução das medidas protetivas.....	416
4. Visão conjunta das medidas protetivas de acolhimento institucional e acolhimento familiar..	416
5. Inserção em acolhimento familiar.....	418
6. Acolhimento institucional.....	420
7. Diferenças entre abrigo institucional, casa-lar e república.....	422
8. As Audiências Concentradas (Provimento nº 118, de 29.06.2021).....	423
9. Princípios que regem as medidas protetivas – Extensão a todo o Estatuto da Criança e do Adolescente.....	423
10. O ajuizamento da ação de destituição do poder familiar pelo Ministério Público.....	424
11. Discordância judicial.....	427
12. Procedimento para a Inserção em Acolhimento.....	427
12.1. Observações Preliminares.....	427
12.2. Ordem Judicial de Acolhimento.....	427
12.3. Guia de Acolhimento.....	428
12.4. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA).....	429
12.5. Procedimento de Execução de Medida Protetiva de Acolhimento.....	430
12.6. Atuação do Ministério Público na Execução da Medida Protetiva de Acolhimento.....	432
12.7. Ações decorrentes do acolhimento.....	433
13. Regularização do Registro Civil.....	434

17

DA PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL.....	437
------------------------------------	-----

☉ Título III – Da prática de ato infracional	437
---	-----

Capítulo I – Disposições gerais..... 437

1. O princípio da reserva legal e o ato infracional 437
2. Garantia da imputabilidade penal e as propostas de redução da maioria penal 438
3. Ato infracional praticado por criança..... 439
4. Das medidas protetivas que podem ser aplicadas às crianças em razão da prática de ato infracional..... 440
5. Do ato infracional praticado em outro país e a impossibilidade de extradição 440
6. O filho adolescente de embaixador pode ser beneficiado pela imunidade diplomática e não estar sujeito à ação socioeducativa? 441
7. Ato infracional e princípio da insignificância..... 441

18

DOS DIREITOS INDIVIDUAIS..... 445

Capítulo II – Dos direitos individuais 445

1. Hipóteses taxativas da privação da liberdade do adolescente..... 445
2. O flagrante de ato infracional..... 446
3. A *apreensão* em decorrência de cumprimento de ordem judicial..... 446
4. A comunicação à autoridade judiciária e à família do adolescente, ou à pessoa por ele indicada..... 447
5. A análise da possibilidade de liberação do adolescente..... 447
6. A internação provisória: definição e características..... 448
7. A identificação do adolescente 452
8. Seria possível o armazenamento de dados de adolescentes em banco de perfis genéticos, gerenciado por unidade oficial de perícia criminal?..... 453

19

DAS GARANTIAS PROCESSUAIS..... 455

Capítulo III – Das Garantias Processuais..... 455

1. As garantias processuais..... 455
2. O art. 40 da Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU 456
3. A Súmula 342 do STJ e o devido processo legal..... 458
4. Pleno e formal conhecimento da atribuição..... 458
5. Igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa..... 459
6. Defesa técnica por advogado..... 459
7. Assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei..... 459
8. Direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente..... 460
9. Direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento 460
10. Garantias processuais e execução de medida socioeducativa..... 460

20

DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.....	461
----------------------------------	-----

Capítulo IV Das medidas socioeducativas.....	461
---	------------

<i>Seção I – Disposições gerais.....</i>	<i>461</i>
<i>Seção II – Da advertência.....</i>	<i>462</i>
<i>Seção III – Da obrigação de reparar o dano.....</i>	<i>462</i>
<i>Seção IV – Da prestação de serviços à comunidade.....</i>	<i>462</i>
<i>Seção V – Da liberdade assistida.....</i>	<i>462</i>
<i>Seção VI – Do regime de semiliberdade.....</i>	<i>463</i>
<i>Seção VII – Da internação.....</i>	<i>463</i>
1. Definição das medidas socioeducativas.....	464
2. Aplicabilidade Excepcional do Estatuto aos jovens de 18 a 21 anos.....	466
3. A instrumentalidade e a precariedade das medidas socioeducativas.....	468
4. As medidas socioeducativas segundo a abrangência pedagógica.....	469
5. A classificação das medidas socioeducativas (de acordo com Flávio Américo Frasseto).....	470
6. Medida socioeducativa de advertência.....	471
7. Obrigação de reparar o dano.....	473
8. Prestação de serviços à comunidade.....	473
9. Liberdade assistida.....	475
10. Medida de semiliberdade.....	477
11. Medida de internação.....	479
12. Modalidades de internação.....	479
13. Da internação sem tempo determinado (mas, sempre limitado a 3 anos).....	479
14. Internação com tempo determinado ou internação-sanção.....	488
15. Aplicação das escusas absolutórias.....	490
16. Da aplicação das medidas socioeducativas.....	490
17. Cumulação de medidas socioeducativas.....	491
18. Da substituição das medidas socioeducativas.....	492
19. Da extinção das medidas socioeducativas.....	493
20. Da execução das medidas socioeducativas.....	493
21. Reflexos da Lei n. 12.010/2009 no estudo das medidas socioeducativas.....	493
22. Da prescrição das medidas socioeducativas – Súmula 338 do STJ.....	496
23. Direitos do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação.....	498
24. Direitos assegurados aos internos que eventualmente se encontrem em cadeia pública ou centro de detenção provisória, em razão de delito praticado enquanto em cumprimento de medida socioeducativa.....	498
25. Direitos dos internos.....	499
26. A vedação da incomunicabilidade.....	501
27. Dever do Estado de zelar pela integridade física do interno.....	501
28. Direitos genéricos do adolescente submetido ao cumprimento de medida socioeducativa...	502
29. Efeitos do reconhecimento da autoria de atos infracionais e da aplicação das medidas socioeducativas em relação às infrações penais (crimes) praticadas posteriormente.....	503

30. Diretrizes e procedimentos para a transferência interestadual de adolescentes e jovem em cumprimento de medida socioeducativa de internação ou de semiliberdade	504
31. Execução das Medidas Socioeducativas	505
31.1. Obrigatoriedade da Instauração da Execução	505
31.2. Princípios que Regem a Execução	505
31.3. Intervenção da Defesa e do Ministério Público	506
31.4. Princípio da Individualidade	506
31.5. Guia de Execução de Medida Socioeducativa.....	507
31.6. Plano Individual de Atendimento	508
31.7. Reavaliação das Medidas Socioeducativas	510
31.8. Unificação de Medidas Socioeducativas	512
31.9. Extinção das Medidas Socioeducativas.....	514
32. Diretrizes nacionais para a segurança e proteção integral de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de restrição e privação de liberdade.....	515

21

DA REMISSÃO	519
-------------------	-----

Capítulo V – Da remissão..... 519

1. Definição de remissão.....	519
2. Espécies de remissão.....	521
3. A remissão pré-processual ou ministerial.....	522
4. A remissão processual ou judicial	523

22

DAS MEDIDAS PERTINENTES AOS PAIS OU RESPONSÁVEL.....	525
--	-----

☉ Título IV – Das medidas pertinentes aos pais ou responsável..... 525

1. Sujeição e cabimento das medidas pertinentes	526
2. Lei n. 12.010/2009 e as medidas pertinentes “preferenciais”	526
3. Competência ou atribuição para aplicação das medidas pertinentes	527
4. Necessidade de procedimento autônomo para algumas medidas pertinentes.....	528
5. Hipóteses de cabimento: as medidas pertinentes em espécie	529
5.1. Encaminhamento a serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família (art. 129, I).....	529
5.2. Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos (art. 129, II).....	529
5.3. Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico (art. 129, III)	529
5.4. Encaminhamento a cursos ou programas de orientação (art. 129, IV).....	530
5.5. Obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar (art. 129, V).....	530
5.6. Obrigação de encaminhar a criança ou o adolescente a tratamento especializado (art. 129, VI).....	530
5.7. Advertência (art. 129, VII).....	530
5.8. Perda da guarda (art. 129, VIII).....	531

5.9. Destituição da tutela (art. 129, IX).....	531
5.10. Suspensão ou destituição do poder familiar (art. 129, X).....	531
6. Configuração da infração administrativa disposta no art. 249 do Estatuto.....	531
7. Maus-tratos, opressão ou abuso e medida cautelar de afastamento do agressor (art. 130).....	531

23

DO CONSELHO TUTELAR.....	533
--------------------------	-----

☉ Título V – Do Conselho Tutelar	533
Capítulo I – Disposições gerais	533
Capítulo II – Das Atribuições do Conselho	534
Capítulo III – Da competência	535
Capítulo IV – Da escolha dos conselheiros	535
Capítulo V – Dos impedimentos	536
1. A participação popular e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes.....	536
2. Definição de Conselho Tutelar.....	536
3. Os Municípios e os Conselhos Tutelares.....	539
4. Processo de escolha dos conselheiros tutelares: capacidade para votar.....	540
5. Processo de escolha dos conselheiros tutelares: requisitos estabelecidos pelo Estatuto e a possibilidade de serem estabelecidos requisitos adicionais e de ser realizada prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente.....	540
6. Processo de escolha dos conselheiros tutelares: regras de organização e fiscalização.....	541
7. A quantidade de conselheiros por conselho tutelar.....	543
8. Prerrogativas dos conselheiros tutelares.....	543
9. Impedimentos para exercício da função pública de conselheiro tutelar.....	544
10. A suspensão ou cassação do mandato de conselheiro – via administrativa.....	544
11. A cassação de mandato de conselheiro – via judicial.....	544
12. Conselho Tutelar não pode executar medida socioeducativa e de proteção.....	545
13. Atribuições do Conselho Tutelar.....	546
14. As decisões colegiadas provenientes do Conselho Tutelar.....	550
15. A impugnação das decisões provenientes do Conselho Tutelar (art. 137).....	550
16. Competência.....	551
17. Dia Nacional do Conselheiro Tutelar.....	551
18. Quadro sintético do Conselho Tutelar e dos conselheiros tutelares.....	551

24

DO ACESSO À JUSTIÇA.....	553
--------------------------	-----

☉ Título VI – Do acesso à justiça	553
Capítulo I – Disposições gerais	553
1. O Princípio do Acesso à Justiça.....	554
2. A Justiça Restaurativa.....	555

3. O Acesso à Justiça e as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude – <i>Regras de Beijing</i>	556
4. Garantia de Acesso à Justiça no Estatuto.....	557
5. Assistência Judiciária Gratuita.....	558
6. Isenção do pagamento de custas e emolumentos.....	558
7. Assistência e representação como formas de integração da capacidade processual.....	558
8. O curador especial.....	558
9. Atos Socialmente Típicos Praticados por Crianças.....	558
10. Os incapazes podem responder civilmente por danos causados?.....	559
11. Vedação de divulgação de atos relativos a crianças e adolescentes acusados da prática de ato infracional.....	559
12. Das notícias envolvendo a prática de ato infracional.....	559
13. Expedição de cópia ou certidão dos autos.....	560

25

DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE.....	561
--	-----

Capítulo II – Da Justiça da Infância e da Juventude	561
--	-----

Seção I – Disposições gerais	561
---	-----

Seção II – Do juiz	561
---------------------------------	-----

Seção III – Dos serviços auxiliares	563
--	-----

1. A Vara da Infância e da Juventude e as Regras de Beijing.....	563
2. O Sistema de Justiça da Infância e da Juventude.....	564
3. A técnica para fixação da competência.....	564
4. A competência da Justiça do Trabalho.....	565
5. A competência da Justiça Federal.....	566
6. Primeira Vara de Menores do Brasil.....	570
7. Criação das Varas da Infância e da Juventude no Âmbito Estadual.....	571
8. A competência da Vara da Infância e da Juventude.....	572
8.1. A competência exclusiva da Vara da Infância e da Juventude.....	572
8.2. A competência concorrente da Vara da Infância e da Juventude.....	573
8.3. Competência das Varas da Infância e da Juventude para o processamento de ações criminais.....	575
8.4. Competência da Vara da Infância e da Juventude para processar e julgar causas envolvendo matrículas de crianças e adolescentes em creches ou escolas.....	576
8.5. Competência da Vara da Infância e da Juventude para decidir sobre autorização para viagem ao exterior.....	576
8.6. As Coordenadorias da Infância e da Juventude no âmbito dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.....	577
9. A competência territorial.....	577
9.1. Regra geral de competência territorial.....	577
9.2. Para o julgamento e processamento das ações cíveis.....	578
9.3. Para o julgamento de ação de guarda estando um dos pais no estrangeiro.....	579
9.4. Para o julgamento e processamento da ação socioeducativa.....	579
9.5. Para a execução de medidas socioeducativas e protetivas.....	579

9.6. Para a aplicação de medida protetiva estando o adolescente em outra comarca.....	580
9.7. Para as infrações cometidas através de transmissão simultânea de rádio ou televisão, que atinja mais de uma comarca.....	580
10. Casos de competência da Vara da Infância e da Juventude não mencionados expressamente no art. 148 do Estatuto	580
11. Competência do Juiz da Vara da Infância e da Juventude para baixar portarias e conceder alvarás.....	581
12. A diferença entre portaria e alvará.....	581
13. Fatores que devem ser levados em consideração pelo magistrado.....	581
14. Recurso.....	582
15. Equipe interprofissional.....	582
16. Escuta Especializada e Depoimento Especial.....	583

26

DOS PROCEDIMENTOS: DISPOSIÇÕES GERAIS.....	587
Capítulo III – Dos procedimentos	587
Seção I – Disposições gerais	587

1. A tutela jurisdicional diferenciada.....	588
2. Procedimentos Processuais Típicos e Atípicos.....	588
3. Aplicação Subsidiária da Legislação Processual Pertinente.....	589
4. Aplicabilidade das Normas Fundamentais do Direito Processual Civil aos Procedimentos do Estatuto.....	590
4.1. Fundamento Constitucional das Normas Fundamentais do Direito Processual Civil.....	590
4.2. As Espécies de Normas Fundamentais: princípios e regras jurídicas.....	591
4.3. Princípio da Prioridade Absoluta e a Tramitação dos Procedimentos.....	592
4.4. Princípio da publicidade dos atos processuais.....	593
4.5. Princípio da Fundamentação Analítica.....	595
4.6. Da forma de contagem dos prazos processuais.....	596
5. Das ações de família.....	598
6. A regra da flexibilização procedimental e o art. 153 do Estatuto.....	600
7. O direito fundamental à educação e o art. 153.....	601
8. Destinação das Multas.....	602
8.1. Regra Geral.....	602
8.2. Regra Específica do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente.....	603
9. Intervenção de Terceiros.....	603

27

PROCEDIMENTO DE PERDA OU SUSPENSÃO DO PODER FAMILIAR.....	605
Seção II – Da perda e da suspensão do poder familiar	605

1. Legitimidade ativa.....	607
2. Regras processuais e procedimentais diferenciadas.....	607
3. Prévia destituição do poder familiar para o deferimento da adoção.....	612

4. Tutela de urgência.....	612
5. Da desnecessidade de nomeação de curador especial à criança ou adolescente em caso de ação ajuizada pelo Ministério Público	613

28

DOS PROCEDIMENTOS DA DESTITUIÇÃO DA TUTELA E DA COLOCAÇÃO EM FAMÍLIA SUBSTITUTA	615
---	-----

Seção III – Da destituição da tutela.....	615
--	------------

Seção IV – Da colocação em família substituta.....	615
---	------------

1. Da destituição da tutela.....	617
2. Procedimento para colocação em família substituta.....	618
3. Procedimento da adoção nacional e internacional.....	618
4. O procedimento de colocação em família substituta se os pais forem falecidos, tiverem sido destituídos ou suspensos do poder familiar, ou se houverem aderido expressamente ao pedido.....	619
5. O consentimento dos pais para colocação em família substituta.....	619
6. O procedimento de jurisdição contenciosa para colocação em família substituta.....	620
6.1. Da petição inicial.....	620
6.2. A liminar de suspensão do poder familiar	621
6.3. Da citação e resposta dos requeridos.....	621
6.4. A audiência de instrução e julgamento.....	621
6.5. A sentença.....	621
7. A colocação de crianças e adolescentes sob a guarda de pessoa inscrita em programa de acolhimento familiar.....	621

29

DA APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL ATRIBUÍDO A ADOLESCENTE.....	623
---	-----

Seção V – Da apuração de ato infracional atribuído a adolescente	623
---	------------

1. Providências que antecedem o processo judicial de apuração do ato infracional.....	627
2. As hipóteses de apreensão de adolescentes	627
3. Providências a serem tomadas pela autoridade policial em razão da apreensão por flagrante	629
4. A liberação do adolescente aos seus pais ou responsável	630
5. A não liberação do adolescente aos seus pais ou responsável.....	630
6. As providências a serem efetivadas em razão da prática de ato infracional por criança.....	630
7. A oitiva informal promovida pelo Ministério Público.....	631
8. A notificação do adolescente para comparecimento à oitiva informal	632
9. Não obrigatoriedade de participação de Defensor na oitiva informal, salvo nos casos de concessão de remissão cumulada com medida socioeducativa	632
10. O não comparecimento de adolescente à oitiva informal.....	632
11. As providências a serem tomadas pelo Ministério Público após a oitiva informal do adolescente.....	633
12. O arquivamento dos autos	633

13. O <i>habeas corpus</i> e o mandado de segurança promovidos para correção de ato praticado pela autoridade policial.....	633
14. Excepcionalidade do procedimento e a Justiça Restaurativa.....	634
15. Sistema de Nulidades Processuais.....	636
16. A fase judicial da apuração do ato infracional.....	637
17. A aplicação subsidiária do Código de Processo Penal.....	637
18. A tutela socioeducativa como tutela jurisdicional diferenciada.....	637
19. A legitimidade exclusiva do Ministério Público para a propositura da ação socioeducativa.....	638
20. O interesse de agir do Ministério Público.....	638
21. A competência da Vara da Infância e da Juventude.....	638
22. A representação como peça inaugural da ação socioeducativa.....	638
23. O juízo de admissibilidade da ação socioeducativa.....	639
24. A internação provisória.....	640
25. Diferença entre mandado de busca e apreensão e mandado de condução coercitiva.....	640
26. A audiência de apresentação.....	641
26.1. Observação prévia relevante – o momento da oitiva do adolescente.....	641
26.2. A oitiva do adolescente infrator.....	641
27. Audiência de instrução.....	643
28. A sentença no processo socioeducativo.....	644
29. A intimação da sentença e o prazo recursal.....	644

30

DA INFILTRAÇÃO DE AGENTES DE POLÍCIA PARA A INVESTIGAÇÃO DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇA E DE ADOLESCENTE.....	645
---	-----

Seção V-A – Da Infiltração de Agentes de Polícia para a Investigação de Crimes contra a Dignidade Sexual de Criança e de Adolescente.....	645
--	------------

1. Infiltração de agentes de polícia para a investigação de crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente – Comentários à Lei n. 13.441/2017.....	647
--	-----

31

DA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES EM ENTIDADE DE ATENDIMENTO.....	657
--	-----

Seção VI – Da apuração de irregularidades em entidade de atendimento.....	657
--	------------

1. Definição de entidade de atendimento.....	658
2. Natureza do procedimento.....	658
3. Competência para apuração de irregularidade em entidade de atendimento.....	658
4. Legitimidade ativa.....	658
5. Regras processuais e procedimentais diferenciadas.....	659
6. Remoção das irregularidades antes da sentença (art. 193, § 2.º).....	659
7. Multa e advertência serão impostas ao dirigente da entidade ou programa de atendimento.....	659

32

PROCEDIMENTO PARA APURAÇÃO DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	661
--	-----

Seção VII – Da apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente 661

1. As infrações administrativas e o Estatuto..... 662
2. Competência para apuração da infração administrativa..... 662
3. Legitimidade para instauração do procedimento..... 662
4. Regras processuais e procedimentais 663
5. Natureza do pronunciamento que julga infração administrativa 663

33

PROCEDIMENTO PARA HABILITAÇÃO DE PRETENDENTES À ADOÇÃO..... 665

Seção VIII – Da habilitação de pretendentes à adoção 665

1. Inscrição de Pretendente à Adoção 667
2. Competência..... 668
3. Iniciativa..... 668
4. Habilitação..... 670
5. Exclusão dos cadastros de adoção..... 671
6. Prazo máximo de conclusão do procedimento..... 671
7. Da inscrição no “cadastro” à conclusão da adoção..... 672
8. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento 673
9. Conhecimento da origem biológica 674
10. Manifestação não discriminatória de membros do ministério público 674

34

DOS RECURSOS..... 675

Capítulo IV – Dos recursos 675

1. Meios de impugnação das decisões judiciais..... 676
2. Características..... 679
3. Efeito suspensivo..... 682
4. O adolescente tem direito de recorrer em liberdade quando da apuração de ato infracional? 683
5. Recurso das decisões proferidas como portarias judiciais..... 684
6. Fiscalização do cumprimento dos prazos para julgamento..... 684
7. O parecer do representante do Ministério Público..... 684
8. O recurso especial e a relevância da questão de direito federal infraconstitucional..... 685
 - 8.1. Alteração Promovida pela EC 125/2022..... 685
 - 8.2. Será exigida a comprovação da relevância da questão federal em matéria de infância e juventude? 685
9. *Habeas corpus*..... 686

35

DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA: MINISTÉRIO PÚBLICO, ADVOCACIA E DEFENSORIA PÚBLICA..... 689

Capítulo V – Do Ministério Público	689
Capítulo VI – Do advogado	691
1. Perfil institucional e missão do Ministério Público no Direito da Criança e do Adolescente (art. 200).....	691
2. Funções especiais do Ministério Público no Direito da Criança e do Adolescente (arts. 201 a 205).....	692
2.1. O Ministério Público e a remissão extraprocessual.....	692
2.2. Atuação do Ministério Público nas infrações atribuídas a adolescentes.....	693
2.3. Atuação do Ministério Público nas ações de direito de família.....	693
2.4. Atuação na especialização de hipoteca legal e na prestação de contas.....	694
2.5. O Ministério Público e a tutela coletiva de direitos.....	694
2.6. O Ministério Público e os procedimentos administrativos.....	694
2.7. O Ministério Público, sindicâncias e inquéritos policiais.....	695
2.8. O Ministério Público como <i>ombudsman</i>	696
2.9. O Ministério Público como impetrante.....	696
2.10. O Ministério Público e a responsabilização administrativa, penal e cível.....	697
2.11. O Ministério Público e a fiscalização de entidades.....	697
2.12. O Ministério Público, a polícia e os serviços de colaboração.....	697
2.13. Regras gerais sobre as atribuições do Ministério Público.....	697
2.14. Intervenção obrigatória e intimação pessoal do Ministério Público.....	698
2.15. As Resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público.....	698
2.16. Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral da Criança e do Adolescente.....	699
3. Defesa técnica das pessoas em desenvolvimento.....	700
4. Advocacia privada e a defesa técnica das pessoas em desenvolvimento.....	701
5. Defensoria Pública e a defesa jurídica das pessoas em desenvolvimento.....	702
6. Quadro de acesso à justiça e defesa dos direitos da criança e do adolescente.....	705
7. Diretrizes de Riad, direito de defesa ao adolescente e defensor <i>ad hoc</i>	705
8. Inexigibilidade de mandato.....	706

36

DA PROTEÇÃO JUDICIAL DOS INTERESSES INDIVIDUAIS, DIFUSOS E COLETIVOS...	707
---	-----

Capítulo VII – Da proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos	707
1. A dupla função do direito da criança e do adolescente na tutela coletiva.....	710
2. A ação civil pública para a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais de crianças e adolescentes.....	713
3. Dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	714
4. O interesse individual da criança e do adolescente e a tutela jurisdicional via ação civil pública.....	717
5. A legitimação do Ministério Público para a defesa dos interesses individuais de crianças e adolescentes.....	719
6. Tutela coletiva e a Defensoria Pública.....	724
7. Tutela coletiva e a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e seus órgãos paraestatais.....	727

8. Tutela coletiva e as associações de classe	728
9. Tutela coletiva e os órgãos despersonalizados	729
10. Competência para processamento e julgamento das ações civis públicas.....	731
10.1. Competência da Justiça do Trabalho para processamento e julgamento das ações civis públicas.....	732
10.2. Competência da Justiça Federal para processamento e julgamento das ações civis públicas	734
10.3. Competência da Vara da Infância e da Juventude para processamento e julgamento das ações civis públicas.....	737
11. Competência territorial para processamento e julgamento das ações civis públicas.....	740
12. Sistemática recursal para as ações civis públicas.....	741
13. Destinação das multas aplicadas.....	743
14. Destinações das condenações proferidas em ações civis públicas fundadas no Estatuto.....	746
15. A ação civil pública e o dano moral coletivo originado da utilização da mão de obra infantil na prostituição.....	747
15.1. Considerações iniciais e definições.....	747
15.2. O dano moral coletivo derivado da inobservância do direito fundamental.....	748
16. Mandado de Segurança.....	749
17. Notificação do Desaparecimento de Crianças e Adolescentes para Fins de Instrução do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos	752

37

CRIMES.....	753
-------------	-----

⊙ Título VII – Dos crimes e das infrações administrativas	753
--	------------

Capítulo I – Dos crimes	753
--------------------------------------	------------

Seção I – Disposições gerais.....	753
--	------------

1. Sujeito Passivo dos Crimes Tipificados no Estatuto	753
2. Ação Penal Pública Incondicionada.....	755
3. Competência para o Julgamento	756
4. Acordo de Não Persecução Penal	757
5. Efeitos da Sentença Penal Condenatória: particularidades do Estatuto	758
6. Objeto jurídico dos delitos.....	762
7. Crimes Hediondos.....	763
8. Vedações em Relação à Pena.....	763

Seção II – Dos Crimes.....	763
-----------------------------------	------------

38

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	777
------------------------------------	-----

1. O sistema de responsabilização previsto no Estatuto.....	777
2. As infrações administrativas.....	777
3. Prescrição da infração administrativa	778
4. Não cabimento da tentativa	778

5. Maioridade superveniente.....	778
6. Da sanção pecuniária.....	779

Capítulo II – Das Infrações Administrativas..... 779

39

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS.....	799
--	-----

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS..... 799

1. A dedução do imposto de renda.....	803
2. Investimentos aplicados conforme as prioridades definidas no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar.....	803
3. Extensão da hipótese de dedução para as doações ao Fundo Nacional da PESSOA Idosa – Lei n. 12.213/2010.....	803
4. Doação aos Fundos.....	804

PARTE III

ESTATUTO DIGITAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE LEI Nº 15.211/2025

1. Esclarecimentos Iniciais.....	809
2. Introdução.....	809
3. Documentos Internacionais sobre o Tema.....	811
3.1. Comentário Geral nº 25, do Comitê de Direitos da Criança da ONU.....	811
3.2. Protocolo Facultativo à Convenção relativo à venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil.....	815
4. Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (Lei nº 15.211/2025).....	816
4.1. Disposições preliminares.....	816
4.2. Produtos e Serviços de Tecnologia da Informação.....	817
4.3. Vedação ao Acesso de Crianças e Adolescentes a Conteúdos Impróprios, Inadequados ou Proibidos por Lei.....	820
4.4. Mecanismos de Aferição de Idade.....	820
4.5. Supervisão Parental.....	821
4.6. Produtos de Monitoramento Infantil.....	821
4.7. Jogos Eletrônicos e o Marco Legal dos <i>Games</i>	821
4.8. Publicidade em meio digital.....	822
4.9. Redes Sociais.....	822
4.10. Prevenção e Combate a Violações Graves contra Crianças e Adolescentes no Ambiente Digital.....	823
4.11. Reporte de Violações aos Direitos.....	825
4.12. Transparência e da Prestação de Contas.....	827
4.13. Uso Abusivo dos Instrumentos de Denúncia.....	827
4.14. Autoridade Administrativa Autônoma.....	828
4.15. Sanções.....	828

REFERÊNCIAS.....	831
------------------	-----